

Editorial

É tempo de lutar!

Todos à Greve Geral de 22 de Março!

Os trabalhadores, entre eles os trabalhadores da Função Pública, estão confrontados com a maior ofensiva desde o 25 de Abril.

Como alertámos no último número da Tribuna da Função Pública, o objectivo do Governo PSD/CDP-PP era estender o pacto de exploração assinado pelo Governo, pelo patronato e pela UGT aos trabalhadores da Função Pública.

O documento que o governo apresentou à Frente Comum sobre RCTFP, Carreiras e Mobilidade pretende impor:

- ↪ *A adaptabilidade individual e grupal e o banco de horas, individual e grupal, em termos idênticos aos dos trabalhadores do privado: aumento do horário de trabalho até 2 horas diárias e 50 semanais, com o limite de 150 anuais, possibilidade de aplicar aquela medida a todos os trabalhadores mesmo contra a sua vontade;*
- ↪ *O fim do descanso compensatório decorrente da prestação de trabalho suplementar, excepto nas situações em que impeça o gozo do descanso diário ou do dia de descanso semanal obrigatório;*
- ↪ *A diminuição de 4 feriados, além do dia de Carnaval, que sempre foi entendido como tal na Administração Pública;*
- ↪ *A diminuição para 50% dos valores das horas de trabalho suplementar;*
- ↪ *A mobilidade forçada, com possibilidade de despedimento*

para quem não tenha condições para aceitar uma transferência para um longínqua distância do seu local de trabalho ou habitação.

Um agravamento brutal da exploração assente no ataque aos rendimentos do trabalho e aos direitos dos trabalhadores e que é acompanhada por uma ampla ofensiva que liquida direitos e agrava as condições de vida das populações. Uma ofensiva também contra o Serviço Nacional de Saúde, contra a Escola Pública e contra o direito à habitação.

Parte integrante do pacto de agressão assinado pelo PS, PSD e CDS, este ataque e as políticas económicas e sociais que ele integra estão a atirar o país para uma profunda recessão que pode arrastar-se por vários anos.

Este pacto de exploração é uma autêntica declaração de guerra a todos os trabalhadores. O ataque aos trabalhadores do privado implica o ataque aos trabalhadores da Administração Pública e vice-versa, sempre nivelando por baixo.

Assim, assume hoje particular importância a unidade de todos os trabalhadores na luta contra estas políticas.

A Greve Geral de dia 22 de Março e a resposta que os trabalhadores derem será tão mais forte e mais consequente quanto mais trabalhadores aderirem à Greve.

Sabemos que as condições difíceis a que hoje estão sujeitos os trabalhadores portugueses abrem espaço e interrogações e hesitações, mas sabemos também que se não for com a sua luta e a sua unidade, amanhã as condições poderão ter-se agravado ainda mais.

Por isso, é importante não só estar solidário com a greve geral, mas aderir.

É tempo de agir e lutar!

É tempo de optar por aderir à greve geral!



Às voltas com o Ministério das Finanças

O Pacto de agressão assinado com a troika estrangeira e o pacote de exploração que Governo, patrões e UGT assinaram têm tudo a ver com mais este ataque à Administração Pública e aos seus trabalhadores. Este novo golpe na Administração Pública assume contornos particularmente preocupantes no Ministério das Finanças.

Este Ministério sempre desempenhou um papel de relevo na prossecução dos objectivos do Governo, no êxito da concretização do PREMAC, e ao nível da consolidação orçamental e do cumprimento dos objectivos fixados no memorando de entendimento acordado pelo Governo PS e prontamente seguido e agravado pelo actual Governo PSD/CDS-PP.

Tendo em conta a importância que as actividades tributária e aduaneira desempenham na arrecadação de receitas para o Estado, a intenção de fundir os organismos que têm por missão garantir essa mesma arrecadação de receitas, contraria amplamente os objectivos que o Governo afirma prosseguir.

Se somarmos a estas alterações os cortes nos salários, o congelamento das carreiras, a recusa da revisão das carreiras tributária e aduaneira e o não cumprimento das regras do SIADAP com incidência remuneratória, ficamos com o panorama do verdadeiro objectivo do Governo que, quer nas finanças, quer em qualquer outro Ministério, o que pretende é a destruição da Administração Pública, a destruição do Estado ao serviço dos trabalhadores.

Esta política é o melhor exemplo de que a política de classe defendida por este e pelos outros Governos que o antecederam é contrária aos interesses dos traba-

lhadores e não se compadece com quaisquer argumentos sobre a importância do seu papel para a concretização dos seus objectivos.

Ao invés, prossegue o agravamento das suas condições de trabalho sem respeitar a especificidade de funções ou de carreiras profissionais e faz tábua rasa de todo um conhecimento especializado adquirido e aprofundado ao longo de décadas.

O elevado número de Serviços Locais de Finanças que o Governo se prepara para encerrar é outro exemplo desta política que, para além de afectar os trabalhadores, privará as populações do acesso a um serviço público de proximidade, obrigando-as a maiores deslocações para poderem cumprir as suas obrigações tributárias das quais o Estado é, afinal, o maior beneficiário.

O argumento de que o objectivo é a diminuição do número de dirigentes é um argumento falso que só serve para aumentar a base de apoio para a implementação destas medidas, “diabolizar” os serviços públicos e os seus trabalhadores e justificar a sua destruição e entrega das funções que estes asseguram aos grandes grupos económicos, dando-lhes a liberdade para ditarem as suas regras na definição de uma política fiscal e económica que defenda os seus interesses de classe.

Por tudo isto, os trabalhadores ligados ao Ministério das Finanças têm ainda mais razões para lutar. Para fazer valer os seus direitos enquanto trabalhadores, mas também resistir a pressões e defender o rigor e a transparência necessários à defesa da soberania económica e de uma justa distribuição da riqueza através de políticas fiscais justas e conformes à Constituição da República Portuguesa.



Extinção do Instituto Tecnológico e Nuclear, Laboratório do Estado

O Governo decretou a extinção do Instituto Tecnológico e Nuclear, I.P. (ITN), a partir de 1 de Março de 2012. A missão e as atribuições do ITN foram transitadas para o Instituto Superior Técnico (IST), assim como o pessoal, as infra estruturas e o património, que também foram integrados no IST.

Esta opção é contrária aos interesses do país e dos trabalhadores destas instituições. Reafirmamos a defesa da existência em Portugal de um Laboratório do Estado (LE) capaz (com financiamento e meios materiais e humanos adequados) de desenvolver políticas públicas nas áreas das ciências e tecnologias nucleares e protecção e segurança radiológicas.

Como alertava a célula do PCP no ITN ainda em 2011, o fim do ITN enquanto LE vem no seguimento de políticas de sucessivos governos desastrosas para os LE em geral e o ITN em particular, bem como extremamente gravosas para os seus trabalhadores. Nos seus boletins, a célula do PCP tem dado corpo às inquietações e exigências dos trabalhadores, denunciando e combatendo o subfinanciamento crónico das instituições e o estrangulamento das carreiras (desde logo da carreira de investigação) e a consequente precarização dos vínculos de trabalho (principalmente através da utilização da figura da bolsa de investigação) e a degradação das condições de trabalho e de vida.

Com a integração do ITN no IST, o Governo demonstra falta de visão estratégica para a investigação e desenvolvimento nestas áreas e não poupa nada com mais esta reorganização da estrutura do Estado. Os continuados ataques ao Ensino Superior Público (ESP), à sua universalidade e democraticidade, com Bolonha, o regime jurídico das instituições (RJIES) e os cortes no financiamento, limitam em grande medida o aproveitamento de sinergias que naturalmente aparecem com o cruzamento do pessoal e das linhas de investigação entre as duas instituições. Os interesses imobiliários e a empresarialização

ligadas à gestão do IST (indissociáveis do caminho de privatização do Ensino que aqueles ataques ao ESP determinam) já se fazem sentir no campus de Sacavém. Se é verdade que o IST poderá garantir um investimento capaz de aliviar a dívida e dar impulso e dinâmica de actividade à estrutura IST/ITN, certo é que antes de se verificar qualquer melhoria no funcionamento já se fazia sentir a pressão sobre os grupos de investigação para se virarem mais para a prestação de serviços que tenham retorno financeiro. No mesmo sentido, não está garantido que a prática da docência não remunerada nas instituições do ES não venha alastrar-se aos bolseiros e investigadores do IST/ITN, prática que leva ao limite a desvalorização do trabalho e o aproveitamento da fragilidade de quem tudo faz para melhorar as hipóteses de conseguir um emprego estável (ainda que ao fazê-lo esteja, na prática, a ocupar um posto de trabalho permanente, impedindo a efectivação do vínculo com a perpetuação da precariedade). A incerteza e indefinição a que os trabalhadores do ITN estão sujeitos com esta situação específica só evidenciam a necessidade de unidade de todos os trabalhadores da administração pública (AP) em torno da defesa dos seus direitos e de uma AP ao serviço do povo e do país. As grandes jornadas de luta que se têm realizado, intensificado e endurecido, e as massivas participações dos trabalhadores da AP (e também do ITN), dão-nos confiança numa acção decisiva dos trabalhadores para tomarem nas suas mãos o destino das suas vidas, desde já fazendo da Greve Geral de dia 22 de Março uma grande jornada de luta. Só a luta dos trabalhadores, em defesa dos seus direitos e de um desenvolvimento económico, científico e técnico capaz de satisfazer as suas necessidades, pode romper com a política seguida até agora e impor um caminho de prosperidade para o país.

Todos à Greve Geral de 22 de Março de 2012!



91º ANIVERSÁRIO DO PCP

Março de 1921- Março de 2012: 91 anos de luta na defesa das liberdades, da democracia, dos direitos dos trabalhadores e do povo, do desenvolvimento do país e da independência Nacional.

Resistência e luta persistente abnegada e heróica durante toda a longa ditadura fascista, e que em muito contribuíram para o 25 de Abril de 1974.



O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS foi o partido que deu a mais decisiva contribuição para a edificação em Portugal de um Estado de direito, moderno e progressista, cuja constituição de Abril de 76, incorporou a quase totalidade das conquistas políticas económicas, sociais e culturais alcançadas com a Revolução.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS é o partido da resistência à política de recuperação latifundista, capitalista e imperialista, política que atinge hoje, no quadro do Pacto de Submissão e Agressão, o seu ponto mais grave.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS é um Partido com história, é um Partido com presente e, sobretudo é o Partido do futuro, pelo papel único e insubstituível que tem e terá no processo de ruptura com as actuais políticas de destruição da democracia, da economia, da soberania e independência nacional e pelo projecto de democracia avançada, assente nos valores progressistas de Abril que comporta.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS é o Partido que promove a rejeição do pacto de agressão, a ruptura com a política de direita e a exigência duma política patriótica e de esquerda, de um Portugal mais desenvolvido, mais justo e soberano.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS é o Partido da luta contra o capitalismo, pela democracia avançada, o socialismo e o comunismo.

O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS é o Partido da esperança, que vive a transformar o sonho em vida!

Mais do que nunca, é fundamental o fortalecimento do PCP. Junta-te a nós! Adere ao PCP!

XIX  **PCP**
Congresso

Almada - 30 Nov. a 2 Dez. 2012

Democracia e Socialismo
Os valores de Abril
no futuro de Portugal